

**ATA DA 51ª REUNIÃO DA  
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,  
REALIZADA EM BRASÍLIA/DF**

**DATA:** 5/8/2003

**PARTICIPANTES:**

Ministério do Meio Ambiente: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)  
Ministério da Justiça: Hugo Suarez (hugo.suarez@mj.gov.br)  
Ministério da Integração Nacional: Demetrios Christofidis (demetriosugpo2002@yahoo.com.br)  
Ministério das Cidades: Valdemar Ferreira de Araújo Filho (valdemar.araujo@cidades.gov.br)  
Ministério do Meio Ambiente - ANA: Reginaldo Pereira Miguel (reginaldo@ana.gov.br)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – São Paulo/Rio de Janeiro: (ausência justificada)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Piauí/Sergipe: Jessé Cláudio de Lima Costa (srh-depc@prodase.com.br)  
Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário: Glenda Barbosa de Melo (glenda.melo@uol.com.br)  
Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br)  
Indústrias: Maria Cristina Yuan (crisyuan@ibs.org.br)  
Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Leila Pereira dos Passos (lppassos@brturbo.com.br)  
Comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas: Suraya D. Modaelli (bpp@daee.sp.gov.br)  
Organizações não governamentais: Ninon Machado de Faria Leme Franco (ninin@alternex.com.br)

**CONVIDADOS:**

Ana Cristina Monteiro Mascarenhas – SEMARH/SPA – BA (crismascarenhas@semarh.ba.gov.br)  
Célia Cristina Moura Pimenta – ANA (celiacristina@ana.gov.br)  
Célia Maria Ravazzani Ribeiro – Min. Integração Nacional (célia.ribeiro@integracao.gov.br)  
Dalvacir Evaristo Cruz Cunha Reis – ANA (dalvacireis@ana.gov.br)  
Daniela Gurgel de Amorim – CHESF (danielag@chesf.gov.br)  
Décio Michellis Jr. – Grupo Rede / Enerpeixe (cobrceltins@uol.com.br)  
Edimárcio de Araújo Prudente – Votorantim Metais (edimarcio@tm.cmm.com.br)  
Gualter Carvalho Mendes – MME (gualtermendes@mme.gov.br)  
Hadijamine Itapá Fernandes – DNIT/Min. Transportes (hadijamine.Fernandes@dnit.gov.br)  
Patrícia Carneiro Silva – STA/Min. Transportes (patricia.silva@transportes.gov.br)  
Paulo do Nascimento Teixeira – MMA/SEN (paulonascimento@mme.gov.br)  
Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA (roalmonte@ig.com.br)  
Tânia Lúcia Graf de Miranda – Secret. Meio Ambiente e Rec. Hídricos Paraná (tgraf@pr.gov.br)  
Valter Otaviano Junior – AGU/MMA/CONJUR (valter-otaviano.junior@mma.gov.br)

**RELATORES:**

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)  
Wilson de Azevedo Filho (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

**DATA:** 5/08/2003

**Início:** 9:15 h

**Término:** 18:45 h

Às nove horas e quinze minutos do dia cinco de agosto de 2003, no Edifício da Superintendência do IBAMA, situado no Setor de Autarquias Sul, Brasília/DF, realizou-se a 51ª reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, para tratar da seguinte pauta, conforme **Anexo I**. Feita a abertura pelo Dr. Julio Thadeu, Presidente da CTIL, foi efetuada a apresentação dos participantes. O Dr. Julio Thadeu teceu comentários sobre assuntos referentes à gestão de recursos hídricos e, entrando na pauta, submeteu à aprovação a ata da 49ª reunião da CT, que foi aprovada. Seguindo para a aprovação da ata da 50ª reunião da CTIL, foi ponderado pela Dra. Célia Cristina a necessidade de adequação da sua participação, na linha 109, ao que fora dito pela Dra. Muriel em momento anterior, ficando de sugerir o texto. Por sua vez, a Dra. Dalvacir destacou a necessidade de se inserir, antes de sua participação na linha 123, os argumentos expostos pela Dra. Maria Luíza, também em momento anterior, para dar sentido ao seu posicionamento. A Dra. Glenda solicitou adaptações à sua participação na linha 223, entregando o texto a ser inserido. Assim, devido a necessidade de se ajustar a ata, o Dr. Julio Thadeu propôs que o seu encaminhamento para aprovação fosse feito na próxima reunião da CTIL, sendo aceita a sugestão. Devido a problemas técnicos, a apresentação sobre o gerenciamento de recursos

hídricos no Estado do Paraná, a ser realizado pela Sra. Tânia Lúcia Graf Miranda – Coordenadora de Recursos Hídricos e Atmosféricos, da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná, foi transferida para a parte da tarde. Passou-se assim para o item 4 da reunião: análise da proposta de moção sobre “Conjunto de demandas em ciência e tecnologia e de propostas de estudos e ações em capacitação técnica e educação ambiental voltadas para a gestão de recursos hídricos”, encaminhada pela CT de Ciência e Tecnologia (**Anexo II**). Com a palavra, a Dra. Ninon disse não ser contra a moção, mas que era preciso complementá-la com a inclusão também da sociedade civil como beneficiária do CTHIDRO. Opinou que a proposta, em sua forma apresentada, trazia um caráter muito tecnicista e reducionista, pois estaria privilegiando um segmento específico, em detrimento de outros, no caso a sociedade civil. Houve algumas divergências ao posicionamento da Dra. Ninon. O Dr. Décio argumentou sobre a necessidade de haver previsão legal para que essa inclusão fosse possível. A Dra. Leila argumentou que a forma proposta para a moção estava perfeita, não havendo necessidade de alterá-la. A Dra. Hadijamine especificou os objetivos do Fundo CTHIDRO, registrando que o mesmo destina-se a financiar estudos e projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico do setor de recursos hídricos e que seria através desses procedimentos que a sociedade civil poderia ser beneficiada. Durante os debates, o Dr. Hugo lembrou que a CTIL tinha limites para alterar as propostas recebidas de outras CTs. O Dr. Wilson sugeriu que fosse adotado como procedimento que a análise de propostas de moção ou resolução solicitadas à CTIL fossem sempre acompanhadas de uma apresentação por parte de um representante da CT interessada. A Dra. Ninon ponderou que a sociedade civil se encontra desamparada institucionalmente, visto ter sido excluída do FNMA, daí a necessidade de inseri-la como beneficiária do CTHIDRO, posto que ela representa um dos três pilares de sustentação da própria política de recursos hídricos. O Dr. Julio Thadeu sugeriu, como encaminhamento, que fosse apresentado um texto com esse objetivo pela Dra. Ninon, transferindo, dessa forma, a discussão do tema para a parte da tarde da reunião. A Dra. Sonáli pediu para constar em ata a sua solicitação de que as reuniões da CTIL voltassem a ser realizadas na SRH/MMA. Aproveitando a oportunidade, a Dra. Leila criticou a continuidade de realização das reuniões da CT no local atual, sendo apoiada pelos presentes. Após considerações, ficou decidido que a próxima reunião deverá ser realizada no miniauditório da SRH. Passando-se para o item 6 da reunião, referente a análise da proposta de resolução definindo a relação institucional entre comitês de bacia e comitês de sub-bacias (**Anexo III**), foi convidado o Dr. Hugo para fazer a apresentação do trabalho do GT criado para esse fim. O Dr. Hugo relatou que o GT havia concluído pela não necessidade de se editar uma resolução específica para essa finalidade, visto esse assunto já estar disciplinado, direta e indiretamente, na Lei nº 9.433, de 1997, e também nas resoluções do próprio CNRH. O Dr. Julio Thadeu ressaltou o caráter educativo das resoluções do CNRH, falou sobre o atual processo de implantação dos comitês e sobre a demora no processo de alteração da Resolução CNRH nº 5; sugeriu que se fizesse uma alteração parcial na Resolução nº 5, contemplando os pontos indicados pelo GT e incorporando um artigo dispondo sobre o fórum de decisão de conflitos. A Dra. Dalvacir sugeriu que se aguardasse pelo avanço da implementação do sistema e suas possíveis demandas de alterações legais. Complementando, o Dr. Reginaldo comentou sobre a dificuldade de se editar normas antecipadas e sugeriu não se editar uma resolução sobre esse assunto nesse momento. O Dr. Julio Thadeu lembrou que a pretensão, no momento, seria o consenso sobre um texto para ser encaminhado ao Fórum de Comitês, a ser realizado no final deste mês de agosto, para debate e recebimento de sugestões. Consultou então se o documento encaminhado pela GT deveria ser encaminhado ao Fórum. A Dra. Sonáli expressou sua concordância com o encaminhamento sugerido, apesar de o cerne da questão, que é a explicitação do fórum de decisão de conflitos não ter sido tratada. Ressaltou, entretanto, que esse assunto está claramente equacionado nos arts. 37 e 38 da Lei nº 9.433, de 1997. O Dr. Demetrios propôs modificações no texto encaminhado, em especial nos incisos do primeiro artigo sugerido. A Dra. Dalvacir sugeriu se reformatar o trabalho do GT para encaminhá-lo ao Fórum. O Dr. Hugo ficou de fazer essa nova formatação, com encaminhamento prévio aos membros do GT. O Dr. Valdemar indicou que não estava havendo consenso sobre a hierarquização implícita no texto; opinou que os interesses próprios deveriam ser mais bem explicitados durante os debates. Destacou que, da forma apresentada no texto, os problemas teriam sido apenas contornados. O Dr. Otaviano, como membro do GT, ponderou que existiriam limitações para uma Câmara Técnica adentrar em certas matérias; com isso, concluiu, o GT teria, pela legislação vigente, chegado ao seu limite. O Dr. Décio destacou que questões inerentes ao pacto federativo, como as em discussão, também estavam latentes na CTCOB.

O Dr. Valdemar ponderou sobre o pacto federativo concorrencial e predatório existente, quando deveria ser cooperativo. O Dr. Julio Thadeu disse que o sistema hídrico de uma bacia já estaria remetendo a um fluxograma natural que implicaria numa condição de interdependência. Após outras considerações dos presentes, o Dr. Julio Thadeu colocou em votação a matéria, para encaminhar a discussão, com três opções de voto: permanência do texto do GT; pela retirada do texto após a vírgula nos itens I e II, como proposto pelo Dr. Demetrios; ou pela manutenção do item I e finalização do item II na vírgula, como proposto pela Dra. Cristina Yuan. Efetuada a votação, ocorreu um triplice empate. Após debates e argumentações, foi colocada novamente em votação a matéria, tendo sido vencedora a proposta apresentada pelo Dr. Demetrios, com a inversão entre os incisos I e II (**Anexo IV**). Ficou acertado que o Dr. Hugo deveria dar um novo formato o texto, promovendo as alterações consensadas, e distribuí-lo aos integrantes do GT para sugestões finais. Em seguida, a Secretaria Executiva deveria providenciar o encaminhamento ao Fórum dos Comitês; o Dr. Jessé ficou como destinatário, por e-mail e correio. A Dra. Suraya lembrou que a intenção por parte da direção do Fórum era encaminhar previamente o documento a todos os Comitês. O Dr. Reginaldo destacou a importância de que, no encaminhamento, fosse contextualizada a situação da proposta na CTIL. O Dr. Julio Thadeu, finalizando, lembrou que o assunto deveria retornar para debate na CT. Foi então proposta pausa para almoço, às 12:00 horas. O retorno ocorreu às 14:20 horas, quando o Dr. Julio Thadeu discorreu sobre a prática da Câmara em convidar representantes dos estados para realizar apresentações sobre o estado de arte do gerenciamento de recursos hídricos; com isso, dando continuidade ao explicitado, convidou a Dra. Tânia Lúcia Graf de Miranda, Coordenadora de Recursos Hídricos e Atmosféricos, da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Paraná, para proferir sua apresentação (**Anexo V**). A Dra. Tânia iniciou com um breve histórico da implementação do sistema de gerenciamento de recursos hídricos no Estado, contextualizando-o com o sistema nacional; fez também uma descrição do modelo de gestão adotado, seus aspectos legais e instâncias institucionais. Em seguida, detalhou as bacias hidrográficas destacadas como unidades para o gerenciamento de recursos hídricos no estado e relatou o estágio atual de implantação de comitês em suas áreas de abrangência, com destaque para o Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Alto Ribeira; falou também sobre os trabalhos do Conselho Estadual, instalado em 26 de julho de 2001. Ao final, destacou as seguintes atividades em andamento: criação de Comissão técnica e jurídica para análise do modelo de gestão adotado no estado; anulação do contrato de gestão com a Associação de Usuários de Recursos Hídricos das Bacias do Alto Iguaçu e Alto Ribeira; recondução do convênio firmado com a ANA; e, fortalecimento institucional da SUDERHSA. Comentou que, apesar da aparente estagnação das atividades relacionadas a recursos hídricos no estado, o período estava sendo proveitoso para a organização interna. O Dr. Julio Thadeu agradeceu a presença da Dra. Tânia e abriu para comentários e debates. Ao final, convidou o Dr. Décio Michellis Jr., Presidente da CTCOB, representante das concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica, para proferir sua apresentação sobre "Geopolítica e recursos hídricos" (**Anexo VI**). Ao final, ocorreram debates sobre o tema apresentado. A Dra. Glenda teceu comentários sobre a parte da palestra referente a saneamento; fez algumas contribuições ao texto apresentado. A Dra. Sonáli destacou da apresentação, o alerta feito sobre a necessidade de que a Política Nacional de Recursos Hídricos tratasse a água também como um bem estratégico, pois a mesma está voltada para as questões internas e é fundamental o estabelecimento de diretrizes para posicionamento do País frente às questões mundiais que envolvem a água, visando a sua atuação no âmbito internacional. Sugeriu que o assunto fosse discutido na Plenária. O Dr. Décio, em concordância, ressaltou a importância do redirecionamento da massa crítica das Câmaras Técnicas para a visão da água como um bem estratégico; opinou que o CNRH estava ajudando na construção do país ao efetivamente produzir política pública. Foi dado destaque também à importância do Plano Nacional abordar as questões referentes aos recursos hídricos em todo o continente sul-americano, não se atendo apenas às questões de cunho interno. Finalizando, o Dr. Julio Thadeu agradeceu a presença do Dr. Décio e, fazendo uma pausa na discussão da pauta, comentou sobre os PLs encaminhados aos membros da CT (**Anexo VII**); perguntou quais dos PLs deveriam ser trazidos para discussão na próxima reunião; foi consenso que deverá ser assunto da pauta da próxima reunião o PL nº 1.507, de 2003, que propõe a criação do Fundo Nacional de Apoio à Preservação de Recursos Hídricos – FUNDÁGUA. Dando continuidade aos assuntos de pauta, passou-se ao item 7: análise da resposta ao Ofício nº 11/2003/CTCOB. A Dra. Célia Cristina, como coordenadora do GT responsável pela elaboração de minuta de resposta ao ofício, propôs que fosse feita

apresentação explicativa sobre o documento apresentado (**Anexo VIII**). O Dr. Julio Thadeu lembrou que o prazo solicitado para resposta havia expirado; dito isso, aproveitou a presença do Presidente da CTCOB para encaminhar o recado que a CTIL estava trabalhando no tema. O Dr. Décio esclareceu que as respostas aos questionamentos contidos no ofício (**Anexo IX**) iriam embasar a elaboração da proposta de resolução sobre cobrança pelo uso da água; aproveitou para dizer que outras contribuições sobre o tema seriam sempre bem-vindas. Dando prosseguimento, a Dra. Célia Cristina fez um relato sobre os trabalhos do GT, explicitando os raciocínios adotados na resposta a cada ponto. Ao final e devido ao horário, 18:20 horas, o Dr. Julio Thadeu propôs que as discussões prosseguissem oportunamente e ainda, que novas contribuições ao documento fossem apresentadas até o próximo dia 18 de agosto; para tanto, a Secretaria Executiva deveria encaminhar, via e-mail, a minuta apresentada. Em seguida, o Dr. Julio Thadeu solicitou à Dra. Ninon a apresentação do texto a ser incluído na proposta de moção encaminhada pela CTCT. A Dra. Ninon entregou o texto a ser incluído (**Anexo X**) solicitando à Secretaria Executiva que providenciasse sua inserção (**Anexo XI**). Ficou definido que o novo texto deveria ser enviado à CTCT, para análise; caso a CTCT concordasse, o texto seria encaminhado para a próxima reunião Plenária do CNRH, com parecer favorável da CTIL; caso não ocorresse a concordância, foi recomendado que o texto fosse da mesma forma encaminhado, mesmo com o formato original. Já nos assuntos gerais, foram distribuídos os ofícios encaminhados pela ANA e ANEEL (**Anexo XII**) relativos ao problema existente no Rio Branco, Estado de Rondônia, em resposta, respectivamente, aos ofícios nº 45 e 44/2003/CNRH/MMA (**Anexo XIII**). Foi solicitado ao Dr. Hugo que levasse os documentos ao conhecimento da FUNAI. O tema deverá ser assunto de pauta da próxima reunião. Finalizados os temas de pauta, às 18h45, o Dr. Julio Thadeu agradeceu o empenho, parabenizou pelos trabalhos do dia e encerrou a reunião.

#### **RESUMO DA REUNIÃO:**

- Aprovada, com modificações, a ata da 49ª reunião;
- A aprovação da ata da 50ª reunião foi transferida para a próxima reunião, tendo em vista as inserções que deverão ser encaminhadas;
- Foram feitas inserções no texto da proposta de moção sobre "Conjunto de demandas em ciência e tecnologia e de propostas de estudos e ações em capacitação técnica e educação ambiental voltadas para a gestão de recursos hídricos", encaminhada pela Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia; ficou definido que o novo texto deveria ser encaminhado à CTCT, para análise; caso a CTCT concordasse com as modificações, o texto deverá ser automaticamente encaminhado para a próxima reunião do CNRH, com parecer favorável da CTIL; caso não ocorresse a concordância, o texto seria da mesma forma encaminhado à reunião do CNRH, mesmo em seu formato original;
- ficou decidido que a realização das reuniões da CT retornaria ao miniauditório da SRH/MMA, em Brasília/DF;
- foi finalizada proposta de documento sobre o relacionamento entre comitês de bacia hidrográfica cuja área de atuação envolva recursos hídricos de interesse comum; o documento seria encaminhado ao Fórum Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica, em seu 5º Encontro, a realizar-se nos dias 18 a 21 de agosto próximo, com solicitação de contribuições; em seguida, o tema deveria retornar à CTIL para continuidade das discussões.
- feita apresentação sobre "Situação do gerenciamento de recursos hídricos no Estado do Paraná", pela Dra. Tânia Lúcia Graf de Miranda, Coordenadora de Recursos Hídricos e Atmosféricos, da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Paraná;
- feita apresentação sobre "Geopolítica e recursos hídricos", pelo Dr. Décio Michellis Jr., Presidente da CTCOB;
- ficou definido que a análise do PL nº 1.507, de 2003, que cria o Fundo Nacional de Apoio à Preservação de Recursos Hídricos – FUNDÁGUA, deveria ser assunto de pauta da próxima reunião da CT;
- foi solicitada nova rodada de contribuições para a minuta de resposta para o Ofício CTCOB nº 11/2003; para tanto, a Secretaria Executiva deveria encaminhar e-mail, com data limite de 18 de agosto próximo; o assunto deverá ser pauta da próxima reunião;
- foram distribuídos os ofícios encaminhados pela ANA e ANEEL relativos aos problemas existentes no Rio Branco, Estado de Rondônia, em resposta, respectivamente, aos ofícios nº 45 e 44/2003/CNRH/MMA; o assunto deverá ser pauta da próxima reunião.

Aprovada na 52ª reunião da CTIL, realizada em 2 e 3 de setembro de 2003.

JULIO THADEU S. KETTELHUT

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO

Presidente

WILSON DE AZEVEDO FILHO  
Relatores